

Vem aí a Jornada Nacional de Lutas!

Sindprev-ES enviará caravana para fortalecer a luta. Trabalhadores reivindicam 27,3% de reajuste e repudiam o ajuste fiscal do governo

Nos dias 7, 8 e 9 de abril, Brasília sediará a Jornada Nacional de Lutas, com a participação de trabalhadores e trabalhadoras federais de todo o Brasil. A atividade faz parte da agenda de mobilização da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF's).

A jornada tem como objetivo pressionar o governo para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores, defender os serviços públicos de qualidade, denunciar para a população e repudiar as medidas de ajuste fiscal, as privatizações, as terceirizações, os cortes de direitos e a precarização. Haverá também discussões sobre o indicativo de greve dos servidores públicos federais.

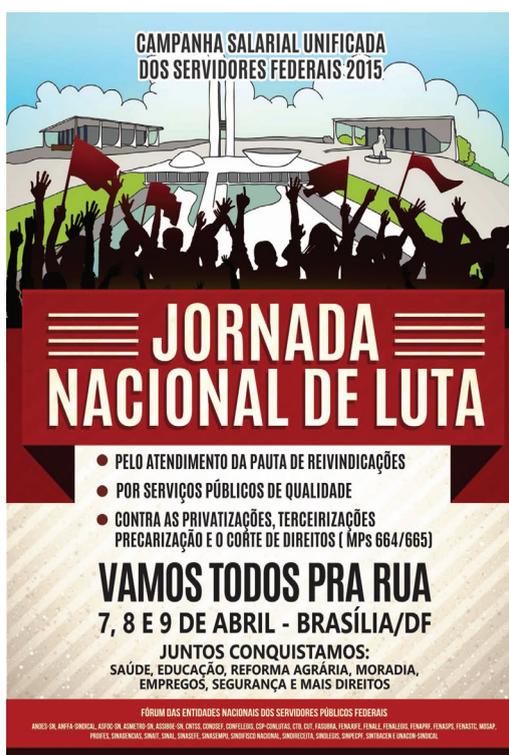
ES na luta

Em assembleia realizada no dia 18 de março, em Vitória, a base do Sindprev-ES aprovou que seja enviada uma caravana para fortalecer a luta. E, já prevendo as dificuldades da negociação com o governo, aprovou também o indicativo de greve.

“O novo-antigo governo Dilma já começou com ataques aos trabalhadores e trabalhadoras, tarifaço, aumentos da gasolina, da energia e escândalos de corrupção. Além disso, a economia continua em crise e o governo vai querer impor mais um ano sem reajuste real e correção das defasagens salariais. Temos que lutar muito, de forma unificada, pois a prioridade do governo é o pagamento dos juros da dívida pública, que consumiu mais de 45% do orçamento federal executado em 2014”, convocou a diretora do Sindprev-ES, Marli Brigida.

“Inviável”

A jornada ganhou ainda mais importância depois da reunião do dia 20 de março, na qual representantes de 49 entidades e



Arte do cartaz da Jornada Nacional de Lutas

sindicatos de trabalhadores públicos federais se reuniram com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, em Brasília. Eles foram informados pelo representante do governo que o reajuste linear de 27,3% reivindicado pelas categorias é “inviável”.

Esse reajuste tem como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto de 2010 a julho de 2016, que foi de aproximadamente 44%, já descontados os 15,8% concedidos pelo governo em três parcelas, de 2013 a 2015.

Entre as entidades estava a Fenasps, representada pelo diretor Moacir Lopes. “Além de afirmar que não tem como reajustar os salários em 27,3%, o governo propôs acordos para mais de três anos, mas a Fenasps cobrou que o governo apresente quais são os valores disponíveis no orçamento para a negociação”, informou Lopes.

O diretor da Federação informou ainda que o governo propôs um calendário de negociações que vai de maio a julho, mas a Fenasps fez uma contraproposta para antecipar as negociações para abril.

“O governo ficou de avaliar as propostas e dar retorno para as entidades. Mas já informamos que não vamos aceitar pagar a conta da crise”, disse Lopes.

Mais reivindicações

Além do reajuste linear de 27,3%, os trabalhadores federais encaminharam outras demandas ao governo. Elas compõem a pauta de reivindicações da Campanha Salarial Unificada, lançada no dia 25 de fevereiro com um ato em frente ao Ministério do Planejamento (MPOG), em Brasília. O evento reuniu representantes de 32 entidades sindicais e a Fenasps marcou presença.

Acesse www.sindprev-es.org.br e confira todas as reivindicações dos trabalhadores federais.

2 Espaço jurídico: Sindprev conquista vitória para trabalhadores da Funasa

3 Atenção peculistas da Geap! Confirmam o CNPJ para declararem o IR 2015

Encarte Especial Luta dos trabalhadores garante portaria de cessão para servidores do MS

Vitória do Sindprev para servidores da Funasa

Trabalhadores ativos entre 04/10/2005 a 2009 e que não ajuizaram ação individual terão direito ao recebimento das diferenças de 50% no valor da indenização de campo

Transitou em julgado a ação coletiva que pedia o pagamento das diferenças de indenização de campo de acordo com a nova tabela publicada em decreto presidencial que reajustou o valor das diárias no ano de 2005.

Os servidores da Funasa que não ajuizaram

ação individual terão direito ao recebimento das diferenças de 50% no valor da indenização de campo.

Os documentos para os cálculos de execução deverão ser entregues no jurídico do Sindprev-ES.

Quem tem direito: servidores da Funasa

ativos entre 04/10/2005 a 2009, que não entraram com ação individual.

Os documentos necessários:

- Fichas financeiras de 2005 a 2011;
- Cópia de RG, CPF e comprovante de residência;
- Assinatura dos documentos do Jurídico.

PSS Funasa: servidores ativos entre 2002 e 2013 devem entregar documentos no sindicato

Os servidores da Funasa que estiveram ativos por qualquer período entre 2002 e 2013 têm direito a receber valores da ação coletiva questionando os descontos de Plano de Seguridade Social (PSS) sobre o terço constitucional de férias.

A ação referente aos trabalhadores e trabalhadoras da Funasa ajuizada pelo Sindprev-ES transitou em julgado e a Justiça considerou que esses descontos são indevidos.

Os trabalhadores que cumprem essa regra têm que levar a documentação no sindicato, para poder fazer o cálculo e apresentar no processo de execução.

Os documentos necessários são as fichas financeiras

(do ano de 2002 até 2013), cópia de identidade, CPF e comprovante de residência. O restante da documentação tem no sindicato.

MS, INSS, MTE e ANVISA

Por enquanto, apenas o processo referente aos trabalhadores e trabalhadoras da Funasa transitou em julgado. Mas o Sindprev possui ações questionando a mesma coisa para os servidores do Ministério da Saúde, INSS, Ministério do Trabalho (MTE) e Anvisa.

Essas ações também já têm decisões favoráveis, mas ainda aguardam julgamento de recursos.

Sindprev realiza pescaria aberta a todos os filiados ao sindicato na Semana Santa

Será na área de lazer do sindicato, nos dias 4 e 5 de abril

O Sindprev realizará mais uma pescaria na área de lazer do sindicato, localizada em Bicanga, na Serra. E dessa vez poderão participar todas e todos os filiados ao Sindprev e não apenas quem é filiado à área de lazer.

A pescaria acontecerá nos dias 4 e 5 de abril, sábado e domingo, das 9 às 17 horas.

A inscrição deve ser feita até o dia 1º de abril, pelos telefones da área de lazer 3241 1564 e 3238 9132, com a funcionária

Camila. Será cobrado 1 quilo de alimento não perecível. Os alimentos arrecadados serão doados a instituições que atendem pessoas carentes.

Entre as regras da pescaria vale ressaltar que nenhum tipo de rede ou similares poderão ser usados. Somente vara com anzol e isca.

Cada pescador e pescadora tem que levar os seus materiais para a pesca, como vara, anzol e isca.

Mais um ataque aos trabalhadores: aumento abusivo na Geap!

Reajuste aprovado está acima de 14%, mais que o dobro da inflação de 2014

Na onda dos ataques aos trabalhadores e trabalhadoras, feitos pelo governo Dilma, os novos conselheiros da Geap aprovaram novo reajuste nos planos de custeio superior a 14%.

“Isso é mais que o dobro da inflação de 2014 e é inaceitável”, criticou a secretária de Seguridade Social da Fenasps, Cleuza Faustino.

Vale lembrar que a última eleição da GEAP foi parar na Justiça porque a maioria absoluta dos associados não pôde votar na primeira eleição virtual feita pela Internet, sem haver fiscalização dos sócios, um processo para lá de suspeito.

Como se não bastassem os aumentos da água, energia elétrica, alimentos etc., os aliados do governo sem nenhum pudor e sem nenhuma preocupação com a realidade econômica da categoria, ao contrário do que disseram que iriam fazer, não foram cobrar do governo o aumento no valor do repasse de contribuição do mesmo.

Optaram por reajustar as contribuições dos associados da Geap, achacando ainda mais o bolso dos servidores e servidoras que tiveram uma famigerada reposição de 5,1% em seus contracheques, que sequer serviu para cobrir a inflação do período, ocasionando uma perda imediata de 16,5% nos seus salários.

A Fenasps já solicitou audiência com o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, com os ministros da Saúde, do Trabalho, da Previdência e com a direção da Anvisa para cobrar o cumprimento do acordo que assinaram.

No documento eles assumiram o compromisso de aumentar a parte do governo no custeio dos planos de saúde, e expor as dificuldades dos trabalhadores desses órgãos em pagar

os novos valores previstos no reajuste dos Planos. Principalmente em relação aos servidores do Ministério da Saúde e do Trabalho, que hoje compõem o quadro com as tabelas salariais mais defasadas.

Exclusão

Os aliados do governo na Geap nem disfarçam mais que a intenção que têm com esses reajustes absurdos é excluir do plano de saúde todos os servidores desses ministérios, pois são os maiores contingentes e em idade mais avançada.

O mais trágico é que os governos sabem que esses, ao se aposentarem, perderam metade de seus salários.

Não podemos esquecer jamais que são estes servidores e servidoras que vêm sustentando o plano até hoje.

Não podemos aceitar mais essa injustiça por parte deste governo que ataca direitos dos trabalhadores para beneficiar os banqueiros, empresários e latifundiários que ganham bilhões de reais em empréstimos subsidiados, isenção fiscal e com o pagamento dos juros de uma dívida pública interna e externa ilegal, ilegítima e imoral.

É urgente intensificarmos e ampliarmos a luta contra os ataques do governo (pacote de ajuste fiscal e outras medidas). Precisamos lutar, também, por um reajuste emergencial, que possibilite aos trabalhadores e às trabalhadoras arcarem com suas despesas, agravadas pelo aumento da Geap, que vai provocar um rombo nos já defasados contracheques, devidamente subtraídos pela política salarial de gratificações produtivistas.

Acesse www.sindprev-es.org.br e confira as tabelas da Geap.



INSS divulga CNPJ para peculistas da GEAP declararem o IRPF

O CNPJ para declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2015 para os servidores pertencentes ao Plano de Pecúlio Facultativo (PPF) da GEAPPrevidência é 18.868.955/0001-20. Essa informação foi passada em nota pela assessoria de comunicação do INSS nesta semana, considerando a divisão ocorrida em 2013 entre os planos da Geap em Saúde e Previdência.

Vale ressaltar que o CNPJ da GEAPPrevidência é diferente do número do cadastro da Geap Autogestão

em Saúde, que continua o mesmo do ano passado: 03.658.432/0001-82.

Cisão

A GEAPPrevidência foi criada a partir da cisão da Geap/Fundação de Seguridade Social em duas entidades: Geap Autogestão em Saúde, para a administração dos planos de saúde e a GEAPPrevidência, para gerenciar os planos de previdência complementar (pecúlio facultativo).

“Aposentadas e aposentados têm que lutar”

Esse foi o recado da diretora do Sindprev, Dnery Maria Riberio, na assembleia

No início de fevereiro, o sindicato realizou uma assembleia geral com aposentados e aposentadas, em Vitória. A coordenadora da Secretaria dos Aposentados do Sindprev-ES, Dnery Maria Ribeiro, abriu a assembleia convocando a categoria para a luta. “Pelos previsões, a economia continuará em crise em 2015, e se não lutarmos junto ao sindicato, o governo vai querer dividir a conta com os aposentados e as aposentadas”, alertou.

Cuidado

O advogado do sindicato, Leonardo Pizzol, também participou da assembleia. Ele deu informes sobre o andamento de processos e tirou dúvidas dos presentes.

Pizzol alertou os aposentados sobre o recebimento de cartas notificando possíveis débitos a pagar. “Se vocês receberem alguma notificação, entrem em contato com o sindicato, para que pagamentos ou descontos indevidos não aconteçam”, avisou.



Os participantes também receberam informes sobre processos e tiraram dúvidas com o advogado do sindicato

Delegados de base

Os aposentados presentes à assembleia também escolheram três delegados e uma delegada de base. São eles: João Marciano, Antônio Misael, José Alvin e Eliane Ribeiro.

A posse será realizada na área de lazer do sindicato, no dia 24 de abril.

Ao final da Assembleia foi realizada uma confraternização entre os presentes.

Acesse www.sindprev-es.org.br e confira imagens da assembleia.

Sindicato realiza assembleia de peculistas

A assembleia aprovou as propostas do 1º Encontro Nacional dos Peculistas e elegeu duas delegadas para representar o Estado na assembleia nacional

No final de fevereiro, o Sindprev realizou uma importante assembleia de peculistas, em Vitória, para tratar sobre o fundo de pecúlio da Geap e outras pautas.

Durante a reunião foram apresentadas e referendadas pela assembleia as deliberações aprovadas no 1º Encontro Nacional dos Peculistas, que contou com quatro delegados capixabas, realizado pela Fenasps, em dezembro de 2014, em Brasília. Entre as deliberações aprovadas destacam-se:

- Exigir o fim da intervenção e ocupação da sede do GEAP/Previdência do pecúlio;
- Resgate do pecúlio aos 70 anos sem deságio, para quem não tiver beneficiário;
- Que a GEAP/Previdência faça prestação de contas do pecúlio anualmente, conforme o Código Civil;
- Pressão administrativa com o interventor e a Previc para forçar liquidação do pecúlio com a devolução do saldo existente para os peculistas de acordo com o multiplicador pago por cada peculista;
- Revisão do pagamento da AFA de 20% para 50% do valor do PPF, beneficiando retroativamente aqueles que já receberam os 20% no ato da aposentadoria.

Intervenção

A diretora Dnery Maria, e mais três delegados do ES, estiveram no 1º Encontro Nacional dos Peculistas.

Dnery fez repasses na assembleia sobre as discussões do encontro. “Um dos palestrantes, Djalter Felismino, diretor da Fenasps, informou sobre a intervenção que o pecúlio vem

sofrendo. O interventor desse pecúlio está usando indevidamente o dinheiro para comprar bens, sem o consentimento dos donos do pecúlio que somos nós. Ele ainda ressaltou que o governo quer direcionar o montante do pecúlio para a Funpresp, que é um fundo privado, que colocará em risco o dinheiro dos peculistas”, expôs Dnery.

Com relação a essa intervenção, uma das propostas aprovadas é denunciar ao Ministério Público, à Comissão de Direitos Humanos e à imprensa, a intervenção na Geap/Previdência.

Delegadas



De acordo com o número de presentes, a assembleia pode eleger duas delegadas. As eleitas foram: Dnery Maria Ribeiro e Sônia de Souza Leal (à direita na foto). Elas representarão os peculistas do Estado em uma grande assembleia nacional que será realizada em Brasília, no mês de abril.

Saúde: luta dos trabalhadores garante portaria de cessão

Entre outros pontos, ela prevê a garantia do exercício da jornada semanal de 30 horas, por meio da aplicação do turno ininterrupto

Pedro Mesidor/FENASPS

Um importante passo na luta dos trabalhadores do Ministério da Saúde (MS) foi demarcado no dia 10 de março: durante uma audiência em seu gabinete, o ministro da pasta, Arthur Chioro, assinou a portaria de número 243/2015, que altera critérios para a cessão de servidores para outros órgãos.

A portaria, publicada na edição de 11 de março do Diário Oficial da União (DOU), constitui um avanço para patamares qualitativos, no que diz respeito às reivindicações dos trabalhadores do MS.

É o caso da saúde do trabalhador, já que ela prevê a realização de exames periódicos, e a garantia do exercício da jornada semanal de 30 horas, por meio da aplicação do turno ininterrupto, evitando assim conflitos nas relações de trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS).

Acesse o site www.sindprev-es.org.br e confira a Portaria nº 243 na íntegra.

*Com informações da Fenasps.



A diretora da Fenasps Cleuza Faustino (sentada à esq.) participou da reunião em que a portaria foi assinada

Categoria aprova filiação do Sindprev à CSP-Conlutas



Trabalhadores e trabalhadoras entenderam a importância da filiação

Em assembleia realizada no dia 18 de março, no sindicato dos bancários, em Vitória, a categoria aprovou a filiação do Sindprev-ES à Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas. Esta era uma necessidade da categoria que, em 2011 em assembleia geral e no congresso decidiu pela filiação a uma central sindical e popular.

A CSP-Conlutas foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010, com a participação de cerca de 4 mil pessoas, dos quais 3.150 eram delegados(as) vindos de todas as regiões do país.

A Central uniu as experiências de organizações sindicais e populares agrupadas em diversos movimentos de

combate à exploração e às opressões.

Da Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas, que se organizava desde 2004, veio a maior parte da base sindical da nova entidade.

A Conlutas surgiu a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula, e iniciou uma primeira experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade.

“A CSP-Conlutas é uma central que une movimentos de luta, que não sucumbiram às benesses do governo. É importante estarmos filiados para reforçarmos as nossas ações no Estado e em nível nacional, onde ocorrem as nossas negociações com o Governo”, defendeu o diretor do Sindprev, Willian Aguiar.

Sindprev elege delegados e delegadas sindicais de base

Também foram eleitos os membros das Cosat's

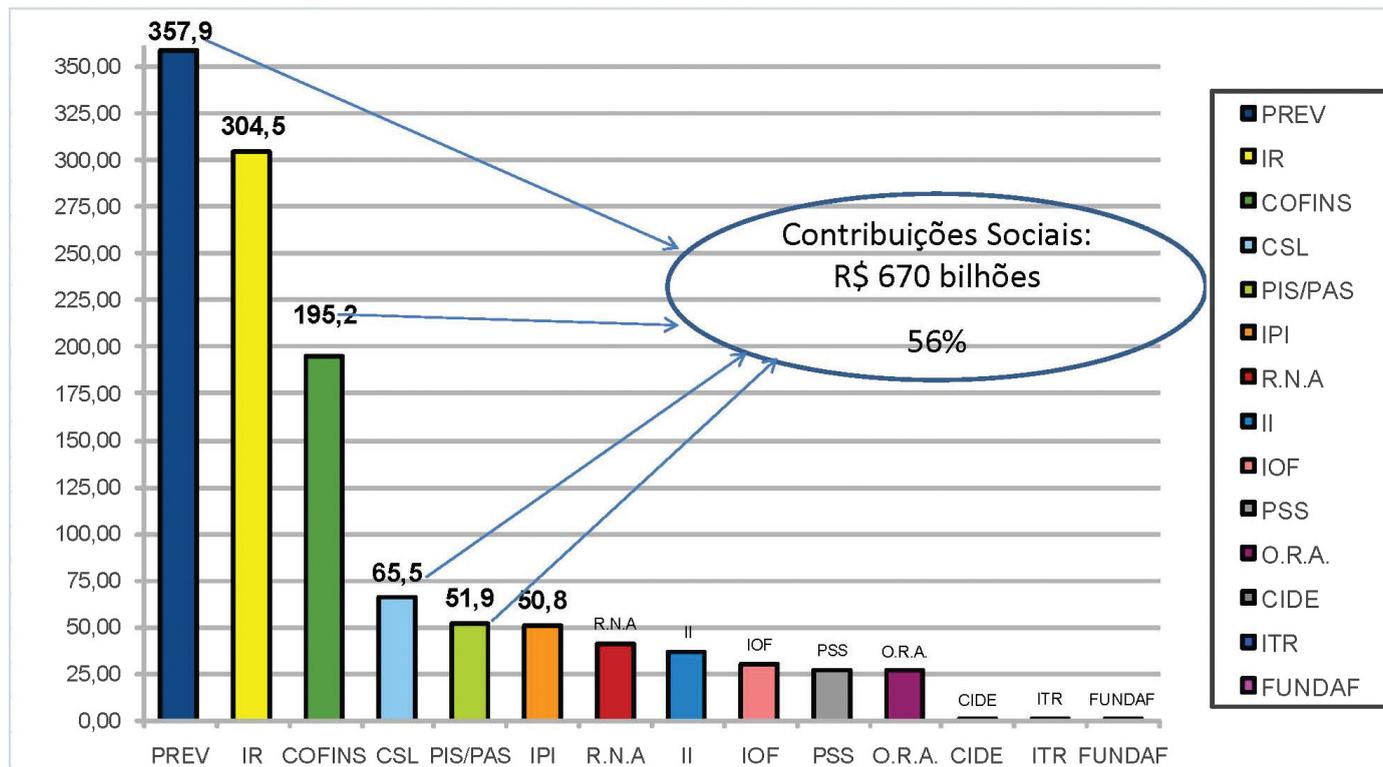
Durante os meses de fevereiro e março, o Sindprev realizou várias assembleias em diversos locais de trabalho na Grande Vitória e no interior do Estado. Nelas foram eleitos delegados e delegadas sindicais de base, com mandato até 2017. E também os membros das Comissões de Saúde do Trabalhador (Cosat's).

“Os delegados sindicais de base cumprem um papel muito importante junto à categoria. Para que um sindicato seja realmente forte, atuante e independente, é preciso contar com uma base organizada. Além disso, eles vão compor com a Diretoria Colegiada, o Conselho Sindical do Sindprev. Já os membros das Cosat's têm uma luta importante pela saúde dos trabalhadores”, avaliou o diretor do sindicato, Willian Aguiar.

A posse dos delegados e das delegadas sindicais e dos membros das comissões será no dia 24 de abril, na área de lazer do sindicato, em Bicança, na Serra. Compareça e prestigie!

Previdência Social: rombo é desmentido por associação de fiscais da Receita Federal

Arrecadação Federal 2014 – R\$ 1,19 trilhões



Elaboração: Vice-Presidência de Assuntos Fiscais

Fonte: RFB

A contribuição previdenciária continua sendo, como tributo isolado, o que mais arrecada no Brasil.

Em relação à arrecadação federal de 2014, corresponde a 30,09% do total, com crescimento em comparação a 2013, em que correspondia a 29,14%.

O dado mostra que a contribuição previdenciária teve bom desempenho apesar da grande perda com a desoneração, isto é, com a menor tributação sobre a folha de pagamentos das empresas - mais de R\$ 20 bilhões - e se manteve na dianteira como principal fonte de recursos.

O total da arrecadação federal em 2014 foi de R\$ 1,187 trilhão, com crescimento nominal de 4,36% e queda real de 1,79%. O dado também confirma a defesa da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) de que não há déficit nas contas da Previdência Social (confira o gráfico acima).

Excetuando-se a contribuição previdenciária (crescimento real de 1,40% e nominal de 7,81%), no entanto, os demais tributos que financiam a Seguridade Social tiveram queda real - a Cofins teve variação de -3,69%, a Contribuição para o PIS/Pasep de -2,64% e a CSL, de -2,26%. Mesmo assim, as contribuições destinadas ao financiamento da Seguridade Social corresponderam a 56% - R\$ 670 bilhões - de toda a arrecadação federal, um crescimento nominal de 5,45% e queda real de -0,80% em relação a 2013, apesar do aumento da contribuição previdenciária.

A queda na arrecadação dos tributos que financiam a Seguridade Social é reflexo direto do programa de desoneração da folha de pagamentos lançado pelo governo - o chamado

As contribuições destinadas ao financiamento da Seguridade Social corresponderam a 56% de toda a arrecadação federal

Plano Brasil Maior, instituído pela Lei 12.546/2011 e ampliado depois por outros atos normativos. Desde o lançamento do Brasil Maior, a preocupação da Anfip tem sido a de avaliar o impacto da desoneração sobre as contas da Seguridade Social.

Convém recordar que foi estabelecida a obrigatoriedade de o Tesouro Nacional compensar a Previdência Social pelas perdas da arrecadação decorrentes do processo, mas as avaliações até agora revelam que o compromisso não está sendo cumprido.

O valor da renúncia estimada para 2012 foi de R\$ 7,06 bilhões e, para 2013, de R\$ 19,04 bilhões. Apesar disso, o repasse do governo foi de apenas R\$ 1,79 bilhão em 2012 e R\$ 9,02 bilhões em 2013 - e, assim mesmo, de forma parcelada. Registra-se uma perda de arrecadação, para a Previdência Social, superior a R\$ 15 bilhões somente nesses dois anos.

Publicação

Detalhes sobre os efeitos das mudanças definidas pelo governo podem ser obtidos na publicação 'Desoneração da Folha de Pagamentos - Oportunidade ou Ameaça?'

O texto da Anfip faz uma análise completa do cenário a fim de subsidiar o debate sobre a política de desoneração - que na prática só tem beneficiado os empresários - e para que ela efetivamente alcance os resultados para os quais teria sido adotada, mas sem afetar o caixa da Previdência Social, que é um tesouro de todos os brasileiros.

*Fonte: Anfip.